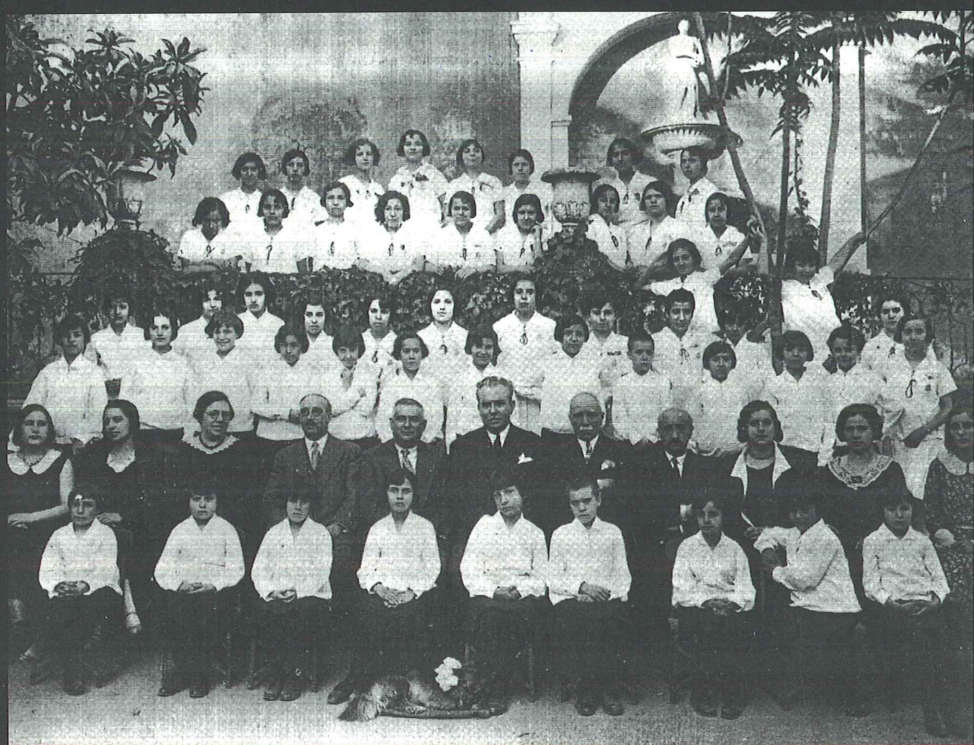


Maria de Fátima
Caldeira

assistência infantil em lisboa na 1.^a república



A leitura da arguente da tese

Em boa hora, a editora Caleidoscópio tomou em mãos a publicação do estudo de Maria de Fátima Caldeira “Assistência Infantil em Lisboa na 1.ª República”, versão revista da sua Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa em 1993, que tive o grato prazer de arguir.

Pelo seu carácter eminentemente informativo (reconstituindo a partir de uma gama multifacetada de fontes a rede assistencial infantil e juvenil, de cunho laico, posta em execução na cidade de Lisboa, durante a I.ª República e como alternativa ao vazio criado com a expulsão das ordens religiosas), a obra que agora se dá à estampa constitui um testemunho exemplar do rumo tomado por uma área de estudos ainda pouco explorada em Portugal, podendo servir de guia para ulteriores investigações.

Num estudo sério e consciencioso, de fácil e enriquecedora leitura, é equacionado o investimento republicano nos campos da saúde e da educação no que toca ao apoio aos “desamparados da sorte” (sobretudo crianças mas também grávidas e puérperas provenientes dos meios economicamente mais desfavorecidos), enquanto se vão definindo os contornos da política interventiva do Estado para o sector, em particular na área da prevenção do crime e da delinquência infantil e juvenil, criando-se para o efeito, por Decreto-lei de 27 de maio de 1911, as Tutorias de Infância.

Como pano de fundo a “um espírito de solidariedade muito próprio”, os princípios mobilizadores do civismo, a importância atribuída aos preceitos de higiene, a emergência de uma medicina “social” de tipo preventivo, a crença na regeneração pela educação e pelo trabalho. Sob os auspícios da “santa ciência”, a assistência vai-se reorganizando e integrando no campo da saúde pública.

As investigações minuciosas de Maria de Fátima Caldeira demonstram como a preocupação com a primeira infância esteve no centro do debate em torno da candente “questão social”, expressão que, ao tempo, designava todo um conjunto de problemas com que se debatia o mundo operário. Travar a mortalidade infantil que fazia razias nos principais centros industriais e melhorar as condições de vida dos mais pequenos, tantas vezes deixados ao abandono ou entregues a amas em condições sanitárias deploráveis, impunha-se como uma prioridade que não obedecia a meros objectivos humanitários.

Preparar o trabalhador, o cidadão do futuro, o soldado de amanhã, numa altura em que uma onda belicista varria a Europa e se impunha o reforço militar das colónias, converte-se numa prioridade patriótica e nacionalista. Sob a capa da “solidariedade” esconde-se a razão do Estado e pressupostos políticos e ideológicos de variada latitude.

Um dos atractivos deste livro reside no seu carácter vivo e concreto. Ora com grande minúcia, ora com distanciamento crítico, mas sempre com sensibilidade e emoção, Fátima Caldeira restitui-nos o quotidiano das instituições criadas em prol da primeira infância: maternidades, lactários, creches, “gotas de leite”, refúgios, Institutos de puericultura, cantinas, asilos, entre tantas outras, algumas efémeras, outras mais duradouras.

As reformas republicanas esbarraram, no entanto, na falta de meios financeiros, saldando-se por um esforço legislativo notável, onde é possível rastrear as raízes do Estado Providência liberal.

Fátima Caldeira conduz-nos, pois, com mestria e precisão pelo dia-a-dia de crianças a quem a sorte não sorriu... Crianças em risco, como hoje se diria, a quem o governo republicano procurará proteger e educar, para mais tarde não ter de punir... Agir preventivamente para manter a ordem económica e social.

A clareza da escrita, a diversidade de fontes, as problemáticas analisadas, tudo converge em fazer deste estudo uma obra a ler e a meditar, tanto por especialistas como por um público mais vasto.

Irene Vaquinhas
(F.L. da U.C.)